



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 19/09/2024
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 25/04/2024
INTERESSADO : SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO : Pregão Eletrônico nº 90026/2024. Acolhimento de Recursos. Pedido de reconsideração.

PARECER nº 671 / 2024 - PRE/DG/ASJUR1

1. Mediante doc. nº 3134911, a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. apresenta pedido de reconsideração da decisão que acolheu os Recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., no Pregão Eletrônico nº 90026/2024, quando alegaram que a petionária, vencedora do certame (até então), não atendia à condição 12.1.1 do ato convocatório, vez que não cumpria a cota de jovem aprendiz, embora tivesse assinalado a respectiva declaração, disponibilizada via sistema.

2. Alega a petionária, em síntese:

a) Das 19 (dezenove) concorrentes no certame, apenas a empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA possui a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes.

b) A citada empresa presta serviços há seis anos a este Tribunal, sendo cinco anos de contratação decorrente de procedimento licitatório e um ano decorrente de contratação direta (contratação emergencial).

c) A licitação aparentemente estará direcionada à A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, caso se proceda à inabilitação das licitantes "*que não possuam aprendizes, ou, possuam em número inferior ao percentual mínimo (5%)*".

d) O provável direcionamento implicará em prejuízo ao erário, haja vista a diferença entre as propostas da CEB e da empresa A.V.I. ("*valor que vai variar de R\$148.682,56 a R 743.412,80*").

e) Com base no princípio da autotutela a Administração deve retificar seu ato e reconsiderar a decisão que desclassificou a CEB SEGURANÇA LTDA.

f) Após a revogação da decisão, os serviços deverão ser adjudicados e homologados em seu favor.

2.1. Na oportunidade, juntou certidões das licitantes que acorreram ao

Pregão Eletrônico nº 90026/2024 (doc. nº 3134912). Destas, a certidão da empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA foi extraída no dia 18.10.2024 e demonstra total atendimento ao percentual legal. As demais, extraídas entre os dias 17 e 18.11.2024, revelam que as outras concorrentes apresentam o percentual de aprendizes menor que o exigido em lei, enquanto outras estariam desobrigadas do cumprimento da exigência em pauta.

É o que merece relatar.

3. *Prima facie*, cumpre-nos observar que a Lei nº 14133/2021 confere a possibilidade da interposição de *recursos* e *pedidos de reconsideração*, nos seguintes termos:

"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, **em face de:**

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) **ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - **pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico."**

(grifos nossos)

4. Sendo assim, o *pedido de reconsideração* seria possível apenas em face dos atos para os quais não coubesse a apresentação de recursos. *In casu*, em sentido estrito, o pedido de reconsideração não se amoldaria com perfeição à nova lei de licitações.

5. Todavia, na esteira das alegações trazidas pela empresa CEB SEGURANÇA LTDA, percebe-se que a intenção do particular é ver reformada a decisão que implicou em seu afastamento do Pregão Eletrônico nº 90026/2024, com base no princípio da *autotutela* (princípio que confere à Administração a prerrogativa de revisar seus atos)

6. Nessa vertente, cumpre pontuar que a Lei nº 9784/99, que *regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*, tipificando o *princípio da autotutela*, traz:

"Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

(grifos nossos)

6.1. Portanto, a despeito do pedido de reconsideração estar amparado, ou não, na nova lei de licitações, o particular entende haver ilegalidade no ato proferido pelo Diretor Geral desta Casa, o que levaria à respectiva anulação, com base no princípio acima referido e largamente citado em sua peça. Nesta linha, aduz

a empresa de eventual favorecimento de uma das empresas Recorrentes.

7. Pois bem. De fato, este Tribunal formalizou com a empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA o contrato nº 01/2018, decorrente do Pregão nº 26/2017, com vigência inicial de 24 (vinte e quatro meses), contada a partir de 24.01.2018, mas com possibilidade de prorrogação, até o limite legal (60 meses). Após as prorrogações formalizadas através do segundo, terceiro e oitavo termos aditivos, a vigência do ajuste se estendeu até o dia 11.01.2024, sendo a última prorrogação feita em caráter excepcional, nos termos do artigo 57, II, § 4º, da Lei nº 8666/93, *in verbis*:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses."

7.1. A fim de substituir o ajuste que não mais comportaria qualquer prorrogação, o presente processo se iniciou em 23.09.2022, visando à nova contratação dos serviços de vigilância nas dependências desta Justiça Eleitoral (doc. nº 2112658). De lá pra cá, a conclusão da licitação, com êxito, vem sendo frustrada, em razão de impugnações ocorridas ao longo do tempo, da necessária atualização da legislação, de decisão judicial liminar e, mais recentemente, pelo acolhimento de recursos, fato que demandou o obrigatório retorno de fases.

7.1.1. Diante de tal cenário, a alternativa posta à Administração, em face da **evidente e indiscutível essencialidade dos serviços**, consistiu na contratação direta, fundada na emergência, ao amparo do artigo 75, VIII, da Lei n.º 14.133/2021, cujo trâmite se deu no bojo do processo SEI nº 0021545-38.2023.6.05.8000. Firmado o contrato nº 003/2024 (doc. nº 2625941), sua prorrogação também se impôs, em decorrência de questões que continuaram impedir a conclusão da licitação em curso, semelhante ao ocorrido quanto ao anterior ajuste (contrato nº 01/2018).

7.1.2. Tudo está regularmente amparado na lei e devidamente registrado em ambos os processos. Não há, nem houve, qualquer indevido favorecimento à empresa AVI. A sua contratação direta passou a ser a melhor escolha, à época, haja vista, repisemos, a essencialidade dos serviços e, sobretudo, a desnecessidade de esforços e transtornos que uma transição contratual implicaria. É preciso anotar que **os serviços de vigilância apresentam certo diferencial**, por força da especialidade da mão de obra, bem assim das questões que envolvem a utilização de armamento pelos profissionais. É preciso salientar, ainda, que **2024 compreendeu um ano eleitoral**, com atividades voltadas ao pleito e que, **obviamente**, necessitavam, ainda mais, dos serviços de vigilância.

8. Na linha do racional acima, não há como se cogitar do *direcionamento* ora aventado na reconsideração em exame. A mesma alegação feita pela AVI foi objeto do recurso atravessado pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA (*não preenchimento do percentual da cota do menor aprendiz*), o que significa dizer que a linha sustentada no Parecer nº 654/2024 (doc. nº

3120494) se aplicaria para qualquer recurso que caminhasse naquele sentido. A essa altura, julgamos importante reiterar o entendimento desta unidade de assessoramento, reproduzindo os excertos abaixo:

"4. Em suas contrarrazões (docs. n.ºs 3105168 e 3105172), a CEB SEGURANÇA LTDA., em apertada síntese, alega que o Contrato de Aprendizagem, firmado com pessoas maiores de 14 (catorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, previsto no art. 53, I, do Decreto n.º 9.579/2018 é absolutamente incompatível com a atividade de vigilante, haja vista o alto risco, e anota que a legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos profissionais e das pessoas envolvidas.

4.1. Afirma que o instrumento convocatório não traz a previsão de contratação de aprendiz e que a exigência insculpida na condição 12.1, "e", ressalva os casos em que há impossibilidade de cumprimento de reserva de cargos.

(...)

5.1. Anota-se, por oportuno, que a rubrica referente ao jovem aprendiz foi inserida na PCFP da Administração por força de determinação judicial liminar, em sentido diverso ao racional defendido por esta ASJUR1 que, na mesma linha esposada no Parecer n.º 00130/2024/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU, entende que tal custo não deve ser repassado para a Administração Pública, devendo ficar a cargo das empresas do ramo.

5.4. Todavia, para enfrentamento da questão em torno do descumprimento da cota reservada de cargos para aprendizes, o Pregoeiro argui que *"a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica"*, trazendo a baila argumentos lançados por esta ASJUR1 quando do exame de processo de contratação diverso.

5.4.1. Ocorre que toda a jurisprudência colacionada, importada daqueles fólios, trata, especificamente, de situações afetas às adversidades observadas para admissão de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, realidade fática que vem sendo registrada pelo órgãos competentes, haja vista a dificuldade de prospecção de tais profissionais, de acordo com a área de atuação das empresa. Com efeito, no caso dos autos referidos pelo Pregoeiro, a empresa não se escusou de cumprir a lei, mas, em sentido diverso, apontou os embaraços enfrentados para o seu atendimento, arguindo ainda que o seu número de funcionários gerais sofre constante variação, pelo que a respectiva certidão não refletia, necessariamente, a realidade no dia do certame (vale anotar que o ajuste pretendido por este Regional naquele caso, voltado à realização das eleições, pela sua natureza e breve duração dos serviços, admitia a contratação de mão de obra temporária, por exemplo).

5.4.2. O caso em tela, salvo melhor juízo, não se amolda aos mesmos argumentos. A recorrida refuta a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no

seu ramo de atuação, quando a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Anote-se que, à vista da ampliação da faixa etária do público da aprendizagem até os 24 (vinte e quatro) anos, foi superado o impeditivo legal que dificultava a implementação da cota pelas empresas, não havendo, no nosso sentir, plausibilidade jurídica nos argumentos trazidos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para não atender a exigência legal.

5.4.3. Assim, tendo sido cabalmente admitido o descumprimento da obrigação legal pela licitante, conforme também evidenciado em Certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a despeito de ter sido declarado o atendimento da respectiva condição, impõe-se a sua desclassificação pelo Pregoeiro e respectivos consectários legais."

(grifos atuais)

8.1. Sendo assim, dando-se a necessária continuidade ao Pregão Eletrônico nº 90026/2024, **será desclassificada qualquer uma das concorrentes que não atenda à exigência em pauta**, bem como a qualquer uma das demais condições do ato convocatório.

8.2. A decisão do Pregoeiro, que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA., deu, à situação da reserva de cotas para menor aprendiz, o mesmo tratamento adotado para a admissão de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, caminhando, portanto, em sentido contrário ao posicionamento agora firmado nesta Casa. Neste ponto, cumpre afirmar que não nos causa surpresa a interpretação do Pregoeiro, haja vista as conhecidas dificuldades ainda enfrentadas na aplicação da Lei nº 14133/2021, principalmente no que diz respeito a estas e outras inovações, não abarcadas na extinta legislação (Lei 8666/93).

9. Nesse contexto, não há como se cogitar da anulação do ato da Administração que vai ao encontro da lei. Não há como rever ato legal e legítimo; não há razão que imponha a solicitada *revogação* ou anulação da decisão que, lastreada no Parecer n.º 654 ASJUR1, julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e procedente, em parte, o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, " *para, considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, consubstanciado na manifestação da empresa admitindo o descumprimento do comando legal, conforme contrarrazões apresentadas, e consoante evidenciado na Certidão da Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, determinar a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024*".

10. Ante todo o exposto, opinamos objetivamente pela rejeição do pleito da empresa CEB SEGURANÇA LTDA., mantendo-se, na íntegra e sem qualquer revisão, a decisão contida no doc. nº 3123998, vez que o ato não padece de qualquer vício de ilegalidade, como supostamente aventado pela Requerente.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 26/11/2024, às 14:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3136015** e o código CRC **6AE78051**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 19/09/2024
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 25/04/2024
INTERESSADO : SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO : Aprecia pedido de reconsideração da empresa

DECISÃO nº 3142051 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela empresa CEB SEGURANÇA LTDA., mediante SEI 0025568-90.2024.6.05.8000, doc. n.º 3134911, anexado aos presentes autos, em face da decisão proferida por esta Diretoria-Geral (doc. n.º 3123998) que, ao acolher os recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., determinou a desclassificação da Requerente no Pregão Eletrônico nº 90026/2024.

2. Em breve síntese, a empresa alega ter havido "direcionamento" na condução do certame, para beneficiar a atual empresa contratada, com a possibilidade de prejuízo financeiro ao erário. Por fim, requer seja revista a decisão supracitada, de modo que os serviços ora licitados sejam adjudicados e homologados em seu favor.

3. Importa ressaltar, inicialmente, que a decisão objeto do inconformismo da empresa teve como esteio o Parecer n.º 654/2024 (doc. n.º 3120494), exarado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, que após analisar detidamente as peças recursais e contrarrazões apresentadas, concluiu que a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. não atende à condição 12.1 do edital (requisito de reserva de cota mínima para jovem aprendiz).

4. Considerando a petição ora apresentada, a unidade de assessoramento jurídico foi novamente instada, a qual se pronunciou acerca de cada ponto de irresignação da Requerente, tendo concluído na parte final do Parecer n.º 671/2024 (doc. n.º 3136015):

[...]

8.2. A decisão do Pregoeiro, que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA., deu, à situação da reserva de cotas para menor aprendiz, o mesmo tratamento adotado para a admissão de

pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, caminhando, portanto, em sentido contrário ao posicionamento agora firmado nesta Casa. Neste ponto, cumpre afirmar que não nos causa surpresa a interpretação do Pregoeiro, haja vista as conhecidas dificuldades ainda enfrentadas na aplicação da Lei nº 14133/2021, principalmente no que diz respeito a estas e outras inovações, não abarcadas na extinta legislação (Lei 8666/93).

9. Nesse contexto, não há como se cogitar da anulação do ato da Administração que vai ao encontro da lei. Não há como rever ato legal e legítimo; não há razão que imponha a solicitada *revogação* ou anulação da decisão que, lastreada no Parecer n.º 654 ASJUR1, julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e procedente, em parte, o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, "*para, considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, consubstanciado na manifestação da empresa admitindo o descumprimento do comando legal, conforme contrarrazões apresentadas, e consoante evidenciado na Certidão da Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, **determinar a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024***".

10. Ante todo o exposto, **opinamos objetivamente pela rejeição do pleito da empresa CEB SEGURANÇA LTDA., mantendo-se, na íntegra e sem qualquer revisão, a decisão contida no doc. nº 3123998, vez que o ato não padece de qualquer vício de ilegalidade,** como supostamente aventado pela Requerente. (grifamos)

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

5. Desse modo, uma vez que não foram apresentados elementos que possam modificar o entendimento já defendido, e lastreado no Parecer 671/2024 da ASJUR1 (doc. n.º 3136015), o qual acolho em sua totalidade, **indefiro** o pleito da Requerente (doc. n.º 3134911), e mantenho os termos da decisão anterior (doc. n.º 3123998), confirmando a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024.

6. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para ciência e providências devidas, inclusive notificar as licitantes e publicar a presente decisão e parecer jurídico que a integra.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 27/11/2024, às 17:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3142051** e o código CRC **56EBFADF**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3142051v42